

## **5. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA:**

Submete-se para ratificação o protocolo celebrado entre o Município de Braga e a Cruz Vermelha Portuguesa, que tem por objeto a definição das condições para a dotação dos recursos humanos necessários ao funcionamento da estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo e da estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar, que não disponham de condições familiares e ou estruturais para cumprirem o isolamento nas habitações próprias.

## **PROPOSTA**

**Assunto:** Ratificação Protocolo de colaboração celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa para a dotação de recursos humanos na estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo e na estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar

### **I. Enquadramento**

- 1.** Nos termos do disposto nas alíneas g), h) e j) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições da Câmara Municipal a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da saúde, ação social e proteção civil.
- 2.** A situação epidemiológica atualmente vivida em Portugal em resultado da pandemia da doença COVID-19 tem justificado a adoção de várias medidas com o intuito de prevenção, contenção e mitigação da transmissão da infeção.
- 3.** A Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020- DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 200/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-10-14, que revogou a Resolução de Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 10 de setembro, veio estabelecer, em particular, a adoção de medidas mais restritivas do que aquelas que têm vindo a ser tomadas depois do estado de emergência.

4. Com efeito, à escala nacional, mas também no concelho de Braga, após o período de verão/férias verificou-se um crescimento do número de novos casos diários de contágio da doença, acrescendo esta causa ao início do ano letivo escolar em resultado do qual se verifica um aumento de pessoas em circulação.
5. Com este enquadramento, o artigo 23.º da referida RCM (artigo mantido na atual) preconiza na alínea c) a: *"Colocação em prontidão de equipamento de âmbito municipal ou outro, para eventual necessidade de alojamento de pessoas em isolamento profilático ou em situação de infeção confirmada da doença COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determine a necessidade de internamento hospitalar"*.
6. Também a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Direção-Geral da Saúde definiram um conjunto de procedimentos para a instalação e gestão técnica de Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP), na sequência da ativação de equipamentos de âmbito municipal, ou outro, para alojamento de emergência de carácter preventivo e para alojamento de pessoas em isolamento profilático e/ou em situação de infeção confirmada por SARS-CoV-2 ou COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determina a necessidade de internamento hospitalar.
7. Para além da estrutura/equipamento de âmbito municipal, o documento prevê ainda a criação de um alojamento de emergência, destinado a alojamento preventivo de público vulnerável proveniente da comunidade, vocacionado especialmente para pessoas em situação de sem-abrigo.



- 8.** A iniciativa de instalação e a coordenação do funcionamento deste espaço é municipal.
- 9.** Embora se destine essencialmente a pessoas sem indicadores de exposição a doentes COVID-19, ou pelo mesmo sentido, sem informação dessa exposição, deve contemplar os necessários procedimentos de prevenção de contaminação e permitir a monitorização diária de surgimento de sintomas entre os utilizadores.
- 10.** No concelho de Braga a equipa de intervenção da Cruz Vermelha Portuguesa ("CVP") tem atualmente identificadas entre 25 e 30 pessoas em situação de sem-abrigo.

## **II. Exposição e motivos**

- 11.** Para cumprimento das orientações e determinações emanadas do Governo, o município de Braga ponderou a criação de duas estruturas municipais de retaguarda, a saber:
  - Estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo;
  - Estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar (que não disponham de condições familiares e ou estruturais para cumprirem o isolamento nas habitações próprias)
- 12.** Encontram-se inseridas nas competências materiais da câmara municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o apoio a atividades de natureza social de

interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

- 13.** Assim, não dispondo o Município de Braga de um equipamento ou estrutura disponível e adequada para estes fins, bem como os recursos humanos capacitados para o desempenho das tarefas, teve de recorrer a parcerias com entidades locais.
- 14.** No que concerne às infraestruturas necessárias, a situação encontra-se ultrapassada, na medida em que foi disponibilizado por uma cadeia hoteleira um espaço que reúne as condições para operacionalizar esta estrutura de retaguarda (situação que já ocorreu a nível distrital durante o estado de emergência), bem como com uma entidade social a disponibilização de um espaço que servirá para albergar as pessoas em situação de sem-abrigo.
- 15.** No que diz respeito aos serviços e bens necessários à satisfação do projeto (equipamentos de proteção, equipamentos de apoio médico, alimentação, entre outros), encontram-se a decorrer os procedimentos tendentes à inicialização dos processos de contratação pública.
- 16.** Contudo, estas estruturas exigem coordenação e acompanhamento as 24 horas diárias, sete dias por semana;
- 17.** Tornou-se assim fundamental recorrer a uma entidade externa que conseguisse assegurar o seu bom funcionamento;
- 18.** Até porque os colaboradores que estão a prestar serviço nesta estrutura deverão ser formados quer no âmbito das suas funções de prestadores de cuidados de higiene e acompanhamento, quer no âmbito de

intervenção em ambiente COVID que exige posturas de trabalho diferenciadas;

- 19.** Assim, ao nível dos recursos humanos, a assunção destes objetivos passou pelo recurso à Cruz Vermelha Portuguesa.
- 20.** Com efeito, esta pessoa coletiva de utilidade pública sem fins lucrativos integra diversas valências que a adequam ao acompanhamento que o Município de Braga necessita dar à situação excecional verificada, designadamente:
  - (i) dispõe de uma estrutura capacitada;
  - (ii) dispõe de uma estrutura multidisciplinar (enfermeiros, auxiliares, técnicos);
  - (iii) dispõe dos equipamentos necessários.
- 21.** Atendendo à necessidade imperiosa destes equipamentos iniciarem o seu funcionamento no início do mês de outubro, essencialmente face aos números crescentes de infetados com Covid, a resposta encontrada pelo Município passou por estabelecer um protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa, através do qual aquela entidade se comprometeu a assegurar os recursos humanos (auxiliares de ação médica, auxiliares de limpeza, enfermeiros, técnicos de acompanhamento, entre outros) necessários ao funcionamento das infraestruturas, recebendo do Município uma contrapartida financeira para pagamento exclusivo dos recursos humanos a afetar às estruturas.
- 22.** Tal contrapartida financeira será exclusivamente destinada ao pagamento dos encargos com os recursos humanos envolvidos, uma vez



que todos os equipamentos e serviços necessários à execução das tarefas serão disponibilizados pelo município.

- 23.** Refira-se ainda que se encontra a decorrer o prazo de candidatura à medida, temporária e excecional, de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – Covid-19, que consiste no apoio à realização de trabalhos socialmente necessários, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19 e que comparticipa nas despesas com o pessoal a contratar para o efeito, designadamente auxiliares de ação médica, operacionais, excluindo os enfermeiros.
- 24.** Por conseguinte, foi também objeto do protocolo a celebrar a apresentação de candidatura pela CVP à supra referida medida, para que se possam financiar parte dos custos com o RH imputados ao projeto (com exceção dos enfermeiros), **cabendo ao município suportar os encargos decorrentes do remanescente dos custos não financiados pela medida.**

**Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere:**

**Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere:**

**A) RATIFICAR o Protocolo (em ANEXO), por mim celebrado nos termos do previsto nas alíneas g), h) e j) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais,**

**de acordo  
com a possibilidade prevista no nº 3 do artigo 35º da referida Lei  
e artigo 164º do Código de Procedimento Administrativo.**

Braga, 28 de Outubro de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal,



Dr. Ricardo Rio

---

**DMG – DF -Divisão de Contabilidade informa que:**

*A despesa, no valor de €66.921,29 (sessenta e seis mil novecentos e vinte e um euros e vinte e nove cêntimos), tem enquadramento orçamental em (ano) 2020 e 2021 na Orgânica 0105 Rúbrica Económica 040701 Projeto/Ação 2018/26-9.*

*A despesa será repartida pelos seguintes anos económicos: 2020 – €40.152,77  
| 2021: €26.768,52*

*O compromisso plurianual encontra-se autorizado ao abrigo do n.º 23.º do Regulamento de Execução Orçamental, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 28 de novembro de 2019.*

A Chefe da Divisão de Contabilidade,



## **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**

**COM A**

**CRUZ VERMELHA PORTUGUESA**

**PARA A DOTAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ESTRUTURA DE APOIO PARA  
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E NA ESTRUTURA DE APOIO PARA  
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO PROFILÁTICO E PESSOAS  
INFETADAS SEM NECESSIDADE DE INTERNAMENTO HOSPITALAR NO  
CONCELHO DE BRAGA**

### **CONSIDERANDO QUE:**

- A.** Nos termos do disposto nas alíneas g), h) e j) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da saúde, ação social e proteção civil;
- B.** A situação epidemiológica atualmente vivida em Portugal em resultado da pandemia da doença COVID-19 tem justificado a adoção de várias medidas com o intuito de prevenção, contenção e mitigação da transmissão da infeção;
- C.** A Resolução de Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 10 de setembro, veio estabelecer, em particular, a adoção de medidas mais restritivas do que aquelas que têm vindo a ser tomadas depois da declaração de estado de emergência;

- D.** À escala nacional, mas também no concelho de Braga, após o período de verão/férias verificou-se um crescimento do número de novos casos diários de contágio da doença, acrescendo esta causa ao início do ano letivo escolar em resultado do qual se verifica um aumento de pessoas em circulação;
- E.** Com este enquadramento, o artigo 23.º da referida RCM (mantido na RCM atualmente em vigor) preconiza na alínea c) a: "Colocação em prontidão de equipamento de âmbito municipal ou outro, para eventual necessidade de alojamento de pessoas em isolamento profilático ou em situação de infeção confirmada da doença COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determine a necessidade de internamento hospitalar";
- F.** A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Direção-Geral da Saúde definiram um conjunto de procedimentos para a instalação e gestão técnica de Zonas de Concentração e Apoio à População ("ZCAP"), na sequência da ativação de equipamentos de âmbito municipal, ou outro, para alojamento de emergência de carácter preventivo e para alojamento de pessoas em isolamento profilático e/ou em situação de infeção confirmada por SARS-CoV-2 (COVID-19) que, face à avaliação clínica, não determinem a necessidade de internamento hospitalar;
- G.** Para além da estrutura/equipamento de âmbito municipal, o documento prevê ainda a criação de um alojamento de emergência, destinado a alojamento preventivo de público vulnerável proveniente da comunidade, vocacionado especialmente para pessoas em situação de sem-abrigo;
- H.** A iniciativa de instalação e a coordenação do funcionamento destes espaços é municipal;
- I.** Estes espaços, embora se destinem essencialmente a pessoas sem indicadores de exposição a doentes COVID-19 ou pelo mesmo sentido, sem informação

dessa exposição, devem contemplar os necessários procedimentos de prevenção de contaminação e permitir a monitorização diária de surgimento de sintomas entre os utilizadores;

- J.** No concelho de Braga a equipa de intervenção da Cruz Vermelha Portuguesa ("CVP") tem atualmente identificadas entre 25 e 30 pessoas em situação de sem-abrigo.

**CONSIDERANDO AINDA QUE:**

- K.** Para cumprimento das orientações e determinações emanadas do Governo, o município de Braga decidiu criar duas estruturas municipais de retaguarda, a saber: (i) uma estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo; e (ii) uma estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar (que não disponham de condições familiares e ou estruturais para cumprirem o isolamento nas habitações próprias);
- L.** Encontram-se inseridas nas competências materiais da câmara municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o apoio a atividades de natureza social de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;
- M.** Não dispondo o Município de Braga de um equipamento ou estrutura disponível e adequada para estes fins, bem como os recursos humanos capacitados para o desempenho das tarefas, terá de recorrer a parcerias com entidades sociais locais e ou proceder à contratação de outros serviços para a ativação desta resposta municipal de retaguarda;



- N.** No que concerne às infraestruturas necessárias, a situação encontra-se ultrapassada, na medida em que foi disponibilizado por uma cadeia hoteleira um espaço que reúne as condições para operacionalizar esta estrutura de retaguarda (situação que já ocorreu a nível distrital durante o estado de emergência), bem como com uma entidade a disponibilização de um espaço que servirá para albergar as pessoas em situação de sem-abrigo;
- O.** No que diz respeito aos serviços e bens necessários à satisfação das necessidades da população (equipamentos de proteção, equipamentos de apoio enfermagem, alimentação, entre outros), encontram-se a decorrer os procedimentos tendentes à inicialização dos processos de contratação pública;
- P.** Ao nível dos recursos humanos, a assunção destes objetivos passa pela parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, instituição humanitária não-governamental de carácter voluntário e de interesse público, sem fins lucrativos;
- Q.** Esta entidade integra diversas valências que a adequam ao acompanhamento que o Município de Braga necessita dar à situação excecional verificada, designadamente: (i) dispõe de experiência no apoio à população infetada pela COVID19; (ii) dispõe de uma estrutura de Gestão de Recursos Humanos capaz de recrutar uma equipa multidisciplinar (enfermeiros, auxiliares, técnicos);
- R.** Atendendo à necessidade imperiosa destes equipamentos iniciarem o seu funcionamento no início do mês de outubro, face ao crescente aumento do número de infetados, a necessidade encontrada pelo Município passa por estabelecer o presente protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa, através do qual esta entidade se compromete a recrutar os recursos humanos (auxiliares de ação médica, auxiliares de serviços gerais, enfermeiros, técnicos de ciências sociais e humanas, entre outros) necessários ao funcionamento das infraestruturas, recebendo do Município uma

contrapartida financeira para o pagamento dos custos com o recrutamento e gestão recursos humanos afetos às referidas estruturas;

- S.** A contrapartida financeira será destinada exclusivamente ao pagamento dos encargos com o recrutamento e gestão dos recursos humanos envolvidos, uma vez que todos os equipamentos e serviços necessários à execução das tarefas serão contratados e disponibilizados pelo município;

**CONSIDERANDO, POR FIM, QUE:**

- T.** Encontra-se a decorrer o prazo de candidatura à medida, temporária e excecional, de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – Covid-19, que consiste no apoio à realização de trabalho socialmente necessário, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19 e que comparticipa nas despesas com o pessoal a contratar para o efeito, designadamente auxiliares de ação médica, operacionais, excluindo-se os enfermeiros;
- U.** É também objeto do presente protocolo a apresentação de candidatura pela CVP à supra referida medida, para que se possam financiar parte dos custos com os recursos humanos imputados ao projeto (com exceção dos enfermeiros), cabendo ao Município suportar os encargos decorrentes do remanescente dos custos não financiados pela medida;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa para a dotação de recursos humanos na estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo e na estrutura de apoio para pessoas em situação

de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar;

**ENTRE:**

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173 e sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado “Município”,

E

A **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA**, com o número de pessoa coletiva de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos 500745749 e sede no Palácio Condes de Óbidos no Jardim 9 de Abril N.º 1, em Lisboa, no presente ato representada pelo **Presidente da Delegação de Braga, Armando Maria da Cunha Osório de Araújo**, adiante designada “CVP”.

Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

**1.**O presente protocolo tem por objeto a definição das condições para a dotação dos recursos humanos necessários ao funcionamento da estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo e da estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar, que não disponham de condições familiares e ou estruturais para cumprirem o isolamento nas habitações próprias.

**2.**Constitui condição essencial da celebração do presente protocolo a apresentação por parte da CVP de candidatura tempestiva à medida, temporária e excecional, de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – Covid-19, que consiste no apoio à realização de trabalho socialmente necessário, para assegurar a



capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19 e que comparticipa nas despesas com o pessoal a contratar para o efeito, designadamente auxiliares de ação médica, operacionais, excluindo-se os enfermeiros.

## **Cláusula 2.ª**

### **Âmbito de Aplicação e Destinatários**

**1.**A área de intervenção do presente Protocolo é local, restringindo-se ao espaço geográfico do concelho de Braga.

**2.**É destinatária do presente Protocolo a população do concelho de Braga que se encontre nas situações de acesso às estruturas de retaguarda criadas para efeitos de apoio à população.

## **Cláusula 3.ª**

### **Obrigações do Município de Braga**

No âmbito do presente protocolo o Município obriga-se a:

- a)** Assegurar a existência de infraestruturas adequadas para operacionalizar as estruturas de retaguarda;
- b)** Assegurar todos os serviços e bens necessários à satisfação das necessidades para o funcionamento das estruturas de retaguarda, designadamente equipamentos de proteção, equipamentos de apoio médico, alimentação;
- c)** Acompanhar o funcionamento das estruturas municipais de retaguarda;
- d)** Exercer o controlo direto na gestão das referidas estruturas municipais envolvidas;
- e)** Proceder ao pagamento à CVP das despesas com os recursos humanos necessários ao funcionamento da Estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo e da Estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar ou da componente não financiada dessas despesas no caso da aprovação da candidatura na medida, temporária e excecional, de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – Covid-19;
- f)** Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

## **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

### **Obrigações Gerais da CVP**

**1.**No âmbito do presente protocolo, a CVP obriga-se a assegurar a dotação dos recursos humanos adequados, necessários ao funcionamento da Estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo e da Estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar, designadamente auxiliares de ação médica, auxiliares de limpeza, enfermeiros, técnicos de acompanhamento, e outros.

**2.**A CVP deve assegurar que a estrutura de pessoal a fornecer permita dar cabal satisfação ao exigido para o funcionamento adequado das estruturas e que possibilite a boa execução das obrigações assumidas no âmbito do presente protocolo, afetando pessoal qualificado aos respetivos trabalhos de acordo com as necessidades existentes. Sendo que o ratio de recursos humanos que serviu de base ao presente protocolo pressupõe dar resposta a um máximo de 10 utentes em isolamento profilático e/ou em situação de infeção confirmada por SARS-CoV-2 (COVID-19).

**3.**Para o fornecimento da estrutura de pessoal devem ser observadas todas as cláusulas do presente protocolo e a legislação aplicável.

**4.**O pessoal a afetar às estruturas de retaguarda é responsável pelo cumprimento das regras de higiene individual e segurança no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e deve utilizar o equipamento adequado às funções a desempenhar, de acordo com a legislação aplicável.

**5.**A CVP responde pelo comportamento do seu pessoal garantindo a sua formação de modo a que todas as operações se desenvolvam com grande respeito pelos utentes, seus usos e costumes.

**6.**O Município poderá exigir à CVP a retirada de serviço de qualquer funcionário que desrespeite os utentes, seja negligente ou não contribua para a boa ordem e limpeza dos locais e serviço.

**7.**A CVP deverá cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.



## **Cláusula 5.ª**

### **Obrigações Especiais da CVP**

A CVP deverá apresentar candidatura tempestiva à medida, temporária e excecional, de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – Covid-19, que consiste no apoio à realização de trabalho socialmente necessário, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, de modo a que possam ser comparticipadas nas despesas com o pessoal a contratar para o efeito, designadamente auxiliares de ação médica, operacionais, excluindo-se os enfermeiros.

## **Cláusula 6.ª**

### **Recursos financeiros**

**1.**O Município compromete-se a efetuar o pagamento do montante total máximo de €66.921,29 (sessenta e seis mil novecentos e vinte e um euros e vinte e nove cêntimos) pela disponibilização do pessoal a afetar às estruturas previstas, para um total de 5 (cinco) meses de vigência do presente protocolo, de acordo com o quadro financeiro em anexo ao presente protocolo.

**2.**O pagamento previsto no número anterior será efetuado no início do mês a que se reporta, num total de 5 (cinco) prestações, sendo a primeira prestação no montante de €21.000,00 (vinte e um mil euros).

**3.**A CVP, no final de cada mês, disponibiliza mapa detalhado dos gastos suportados e rendimentos obtidos no âmbito da candidatura apresentada ao IEFEP, sendo os acertos que se mostrem necessários concretizados na prestação subsequente.

**4.**O montante previsto no número 1 da presente cláusula será ser reduzido em função da participação a que alude a cláusula anterior, já que o Município assumirá apenas o pagamento dos encargos não financiados.

**5.**Na eventualidade da Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – Covid-19, ou outra medida para os mesmos fins, promovida



pelo IEFPP, não se prolongar para além de 31/12/2020, o Município financiará a totalidade dos encargos.

**6.** Para o efeito do número anterior, a CVP apresentará quadro com a imputação dos custos recalculados, sendo que o ajustamento financeiro será concretizado através de adenda ao presente protocolo.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **Início e prazo de vigência**

Este protocolo é válido pelo período de 5 (cinco) meses, a contar de 1 de outubro de 2020.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Execução e Avaliação do Protocolo**

Para uma articulação permanente podem, os representantes indicados pelas partes, reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Ocorrências e emergências**

A CVP deve comunicar ao Município por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia de que tenha conhecimento e que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente protocolo.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Verificação do cumprimento do objeto do acordo**

**1.** O Município pode verificar o cumprimento do objeto do presente protocolo, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe as informações e os documentos que julgue necessários.

**2.**As determinações do Município emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do protocolo são imediatamente aplicáveis e vinculam a CVP, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

### **Cláusula 11.ª**

#### **Modificação do Protocolo**

**1.**O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pelo Município, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.

**2.**A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Suspensão do Protocolo**

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- a)**Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b)**Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de direito, pode também ser resolvido quando se verifique:

- a)**Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b)**Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Revogação**

**1.**O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**2.**A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Revisão do protocolo**

Qualquer alteração dos termos ou condições previstas no presente protocolo carece de prévio acordo escrito entre os outorgantes.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

**1.**Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.

**2.**Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Publicidade**

Os outorgantes deverão publicitar, o presente protocolo nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**



### **Cabimento e compromisso**

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento na rubrica [...] do orçamento do Município de Braga tendo-lhe sido atribuído o registo compromisso [...].

Braga, 28 de outubro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

O Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga,

  
Armando Maria da Cunha Osório de Araújo  
**VERMELHA PORTUGUESA**  
Delegação de Braga